

A AQUICULTURA, O CULTIVO DO CAMARÃO E A INCLUSÃO SOCIAL NO MEIO RURAL DO NORDESTE

| EDUARDO RODRIGUES E JOSEMAR RODRIGUES*

Os países emergentes da zona tropical, entre eles o Brasil, ainda confrontam sérios problemas sociais cujas soluções propostas, pela dimensão dos desafios, se apresentam nebulosas em termos de clareza dos reais efeitos socioeconômicos que possam ter e do alcance espacial ou amplitude em relação aos grupos sociais a que se dirigem. Estamos falando da inclusão social de uma parte considerável da população das nações emergentes que ainda vive sob restrições e que não tem perspectivas claras de ascensão na escala social, pela dificuldade dos governos em encontrar saídas eficientes e de efeitos eficazes no plano social e econômico. Essa situação se faz muito mais visível e sentida quando se trata das populações que habitam o meio rural e, nesse caso, os grupos mais vulneráveis são aqueles localizados nas Regiões menos desenvolvidas dos países, como é caso típico de comunidades rurais do Nordeste brasileiro que, apesar dos planos governamentais de proteção social que lhes proporcionam algum alívio da pobreza, clamam por soluções definitivas para sua ascensão social desde tempos imemoriais.

Ante o desafio embutido no problema e apesar da pressão para seu encaminhamento, o governo se retrai ou posterga os planos e programas por não estar seguro ou não ter uma visão objetiva de seus pretendidos efeitos e impacto em relação às ações propostas. Como promover a geração de emprego e renda de maneira efetiva e sustentável para o pequeno produtor rural e sua família? E para trabalhadores rurais de escassa qualificação profissional? Como encontrar alternativa

de trabalho que se ajuste e que ocupe a mão de obra da mulher rural capaz de lhe dar independência? São questões que preocupam a sociedade, que pressionam os governos, que se transformam em desafios, mas que não podem nem devem ser postergadas, pelo menos no caso do Nordeste. Urge buscar e acionar medidas práticas que ajustem à realidade do campo e tenham efeitos positivos e permanentes.

A ascensão social é um processo presente na área urbana do Brasil. Aí estão estudos acadêmicos e pesquisas que mos-

tram a nova realidade nacional. Entretanto, como levar ou transferir esse processo para o meio rural do Nordeste? Esse, entre outros, é um dos desafios do processo de transformações sociais porque passa o nosso país.

Em um plano geral, a resposta estaria no grande enfoque de criar políticas públicas, estabelecer estratégias e concentrar esforços voltados para a interiorização do desenvolvimento, processo que inexistiu ou se caracteriza por considerável lentidão no Brasil. O nosso Produto Interno Bruto (PIB)

Foto: ABCC



continua concentrado nas capitais e suas regiões metropolitanas. Surgem, entretanto, as primeiras luzes no fim do túnel com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, Brasília/DF) registrando os sintomas iniciais de desconcentração territorial da renda brasileira com o advento das cidades emergentes do interior. São mais de 100 centros urbanos interiorizados que começam a gerar e distribuir riqueza com acentuado dinamismo.

Tirar proveito desse leve movimento de desconcentração territorial da renda nacional parece ser a saída mais à mão para interiorizar o desenvolvimento, ou seja, para levar progresso e permanente bem-estar às áreas interioranas do Nordeste. Entretanto, com que ações pró-ativas e dentro de quais estratégias? Na busca de alternativas para dinamizar o aspecto econômico do desenvolvimento focado para o interior, sem perder de vistas a preocupação de distribuir a riqueza, a aquicultura se apresenta como atividade produtiva viável, cujo crescimento ainda é incipiente no Nordeste e no Brasil, apesar do potencial que dispomos em termos de clima, e disponibilidade de água

■ **A aquicultura pode dar substantiva contribuição para o processo de inclusão social no campo**



Foto: arquivo f&f

e solo. Para quem não sabe, recente estatística do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, Brasília/DF), reportada em um documento do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) coloca a Região Nordeste à frente da produção aquícola do Brasil.

Com efeito, a aquicultura pode dar substantiva contribuição para o processo de inclusão social no campo, ao servir como sustentáculo para interiorizar as ações desenvolvimentistas e diversificar e dinamizar a produção tradicional das comunidades rurais. A verdade é que precisamos acreditar na aquicultura e desenvolvê-la, tal como estão fazendo os países asiáticos, a Índia, China, Tailândia, Indonésia e Vietnã como exemplos.


No caso do Nordeste rural, o segmento aquícola do cultivo do camarão marinho, na medida em que se desenvolve e se consolida como uma nova alternativa de produção comercial viável do ponto de vista técnico, financeiro e ambiental, revela um aspecto de enorme importância para o desenvolvimento da Região. Sua intrínseca característica de produção intensiva com apreciáveis requerimentos de mão de obra, a acentuada e crescente demanda pelo produto final, tanto no mercado nacional quanto no internacional, a relativa facilidade da comercialização e com resultados apresentando bons níveis de geração de renda em pequenas áreas trabalhadas, a atividade se ajusta como uma luva para constituir ou complementar a estrutura de produção da pequena unidade ou empresa familiar no meio rural do Nordeste.

Sob outro ângulo da análise, os requerimentos de mão de obra do cultivo de camarão marinho, pelo nível de produção intensiva, são de tal ordem que coloca a atividade no patamar de ser o segmento do setor primário da economia regional que mais gera emprego permanente por unidade de área trabalhada no Nordeste. A tecnologia disponível e ao alcance do pequeno produtor é ambientalmente sustentável.

Favorável a essa argumentação sobre o uso da carcinicultura como ferramenta para gerar renda e emprego no interior, está o fato já comprovado da adaptação da espécie de camarão *L. vannamei* às águas interiores ou continentais do Nordeste. O cultivo do camarão marinho sai do *habitat* natural nas águas salobras dos estuários, para chegar ao interior onde pode ser fo-

mentado com base na pequena unidade familiar. A produção comercial dessa espécie em águas interiores da Região, por iniciativa e esforços próprios de micro e pequenos produtores, já é uma realidade, principalmente nos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Entretanto, a disponibilidade de águas continentais na Região Nordeste acumuladas em represas de maior ou menor dimensão, em poços artesianos, em lagoas e rios, águas salitradas em muitos casos, e, portanto, não aptas para o consumo humano ou mesmo para a atividade agrícola, demanda uma ação específica dos governos estaduais para determinar o potencial de interiorização da atividade em cada Estado e a elaboração de programas e projetos para expansão ordenada e sustentável.

Os comentários que precedem são convincentes o bastante para que se possa inferir que a aquicultura do camarão marinho se ajuste aos requerimentos dos planos governamentais que buscam alternativas de produção para o pequeno produtor rural como forma de fixá-lo no meio e evitar ou minimizar o êxodo rural. Adicionalmente, no âmbito do pequeno, médio e do empreendimento de maior porte, são amplas as possibilidades de geração de emprego para trabalhadores de escassa qualificação profissional, que representam a grande maioria dos que vivem no interior do Nordeste. E nesse contexto que a carcinicultura com o camarão marinho pode, também, ser usada como uma saída valiosa e efetiva para o pescador artesanal da costa nordestina, cuja atividade tradicional se apresenta com acentuadas e contínuas reduções, criando a figura do pescador cessante com o conseqüente custo social do seguro-defeso para a sociedade.

Utilizada dentro de um contexto de inclusão social, a carcinicultura pode dar substancial contribuição para corrigir as desigualdades sociais que ainda persistem no Brasil e no próprio Nordeste, notadamente nas comunidades litorâneas e interioranas, onde é maior o desafio da geração de renda e de empregos produtivos, sem o que não haverá desenvolvimento. 

(*) **Eduardo Rodrigues**
é administrador de empresas
abccam@abccam.com.br
Josemar Rodrigues é
engenheiro agrônomo
abccambol@uol.com.br